

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 6.103, DE 2016

Cria o Fundo Nacional de Proteção de Reservas Garimpeiras.

Autor: Deputado FRANCISCO
CHAPADINHA

Relator: Deputado LEONARDO MONTEIRO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei 6.103/2016, do deputado Francisco Chapadinha, cria o Fundo Nacional de Proteção de Reservas Garimpeiras (FNPRG), de natureza contábil, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), com objetivo de gerir recursos destinados a planos, programas e projetos públicos e privados voltados ao uso racional dos recursos ambientais, melhoria da qualidade do meio ambiente, prevenção de danos ambientais e educação ambiental.

A proposição define as atribuições do Conselho Deliberativo do FNPRG, as competências do MMA, a origem dos recursos do fundo (entre elas as taxas ambientais e as multas decorrentes da atividade garimpeira, além de 1% sobre o valor de venda de bens minerais), e os temas prioritários a serem financiados pelo fundo.

Distribuído às comissões de Minas e Energia, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, a proposição tramita em regime ordinário, sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões.

Na Comissão de Minas e Energia (CME), o relator, deputado Cabuçu Borges, apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo que altera diversos aspectos da proposição original. A CME adotou o substitutivo do relator. Em essência, as alterações retiram da proposição inicial o viés de financiamento de projetos ambientais, e enfatizam o retorno dos recursos ao setor garimpeiro. O novo texto também retira a competência do MMA para gerir o fundo, e altera a Lei 8.001/1990, reduzindo à metade a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) destinada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ao transferir essa metade ao Fundo Nacional de Desenvolvimento de Reservas Garimpeiras (FNDRG) proposto.

Encerrado o prazo regimental nesta CMADS, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II - VOTO DO RELATOR

O deputado Francisco Chapadinha oportunamente propôs a criação de um fundo, utilizando recursos financeiros oriundos da mineração, para propiciar investimentos em meio ambiente, educação ambiental e prevenção e recuperação de danos provocados pela mineração.

O garimpo é uma modalidade importante de mineração, e recebeu atenção especial da Constituição da República. Encontra-se entre as competências da União *“estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa”* (art. 21, XXV). A Carta Magna vai além ao prever que:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

.....

§ 3º O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do

meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

§ 4º **As cooperativas** a que se refere o parágrafo anterior **terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis**, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei.

Como se vê, o constituinte protegeu não somente a atividade de garimpo, reconhecendo sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social, como também procurou favorecer o associativismo e a proteção ao meio ambiente. E é nesse sentido que se orienta a proposição em tela, com a formação de reservas garimpeiras e projetos ambientais associados às mesmas.

Assim entendeu também o relator na CME, ao apresentar substitutivo que faz uma série de melhorias no texto originalmente proposto. Eu gostaria de acompanhar aquele relator, adotando seu substitutivo também aqui na CMADS, porém com duas adequações. A primeira, de redação, corrigindo a ementa, que manteve o nome original do fundo proposto, porém alterou esse nome nos dispositivos, passando a chamá-lo de Fundo Nacional de Proteção de Reservas Garimpeiras de Fundo Nacional de Desenvolvimento de Reservas Garimpeiras.

A segunda alteração é a supressão do § 7º, proposto como adendo ao art. 2º da Lei 8.001/1990. Há dois equívocos nessa redação. O primeiro é o fato de que o dispositivo vigente hoje dispõe sobre aproveitamento econômico da água, para efeitos da base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM. Nada tem a ver com a redação sugerida, que isenta garimpos e mineradoras de recolhimento da compensação de que trata o projeto de lei. Possivelmente o relator tinha a intenção de acrescentar um § 7º-A, e não de alterar o escopo do dispositivo.

Não obstante ser um erro de redação, somos contrários a essa isenção, pois reduziria o volume de recursos disponíveis para o fundo criado, o que nos parece um contrassenso. Se tencionamos estimular uma atividade econômica, cobrando em contrapartida uma contribuição obrigatória, por que

razão deveríamos desobrigar os mineradores dessa compensação financeira, substituindo-a por apoio a programas e projetos socioambientais na região. Essa redação nos parece muito vaga e permissiva, pois estimularia até mesmo fraudes. Não será possível controlar as aplicações diretas em programas e projetos locais. O único controle viável é a centralização dos recursos no fundo, e sua destinação aos projetos aprovados, com comprovação dos gastos e possibilidade de auditar as contas e monitorar as ações implantadas.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 6.103/2016, na forma do substitutivo anexo, que transcreve o substitutivo da CME, corrigida a ementa e suprimido o dispositivo acima criticado.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado LEONARDO MONTEIRO
Relator

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.103, DE 2016

Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Reservas Garimpeiras – FNDRG e altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Reservas Garimpeiras – FNDRG, com o objetivo de mobilizar e gerir recursos para o financiamento de planos, programas e projetos públicos e privados que tenham como prioridade:

- I – uso racional dos recursos minerais;
- II – realização de pesquisas que visam à melhoria dos procedimentos e das técnicas exploratórias;
- III – promoção social e econômica das populações garimpeiras;
- IV – promoção da educação ambiental e a recuperação das áreas degradadas;
- V – fomento a criação de novas reservas garimpeiras;
- VII – regularização das áreas fundiárias, intituladas terras de garimpo;
- VIII – implantação de escolas técnicas nas regiões garimpeiras tradicionais.

§ 1º O FNDRG possui natureza contábil e financeira e deverá ser vinculado a órgão a ser definido pelo Poder Executivo.

Art. 2º O FNDRG será administrado por Conselho Deliberativo, cuja composição será definida na regulamentação da matéria, que terá as seguintes atribuições:

- I – elaborar sua proposta orçamentária;
- II – organizar o plano anual de trabalho e o cronograma de execução físico-financeira;
- III – celebrar convênios, acordos ou contratos com entidades públicas e privadas, visando à execução das atividades custeadas com recursos do Fundo;
- IV – ordenar despesas com recursos do Fundo;
- V – prestar contas dos recursos do Fundo aos órgãos competentes;
- VI – outras atribuições que lhe sejam pertinentes na qualidade de gestor do Fundo.

Art. 3º A execução dos recursos do Fundo deverá se dar sob a supervisão do órgão do Poder Executivo ao qual o Fundo for vinculado, o qual deverá:

- I – definir os critérios e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo;
- II – fiscalizar a aplicação dos recursos;
- III – apreciar a proposta orçamentária do Fundo antes de seu encaminhamento aos órgãos centrais de planejamento e orçamento;
- IV – aprovar o plano anual de trabalho e o cronograma de execução físico-financeira;
- V – apreciar os relatórios técnicos e prestações de contas relativos ao Fundo;

VI – outras atribuições que lhe forem pertinentes na qualidade de órgão supervisor.

Art. 4º Constituirão recursos do FNDRG:

I – dotações orçamentárias e créditos adicionais;

II – taxas e tarifas ambientais decorrentes da exploração da atividade garimpeira, bem como penalidades dela decorrentes;

III – transferências de recursos da União, do Estado ou de outras entidades públicas e privadas;

IV – recursos decorrentes de acordos, convênios, contratos e consórcios de ajuda e cooperação interinstitucional;

V – doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, públicas e privadas, nacionais ou internacionais;

VI – multas cobradas por infrações às normas ambientais, na forma da lei;

VII – rendimentos de qualquer natureza que venham a ser auferidos como remuneração de aplicações do patrimônio do Fundo;

VIII – recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais – CFEM destinados ao Fundo;

IX – outros recursos destinados por lei.

Art. 5º São considerados prioritários para a aplicação dos recursos do FNDRG os planos, programas e projetos destinados a:

I – criação, manutenção e gerenciamento de unidades de conservação e demais áreas de proteção ambiental;

II – educação ambiental;

III – desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento e controle ambiental;

IV – pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico;

V – manejo dos ecossistemas e extensão florestal;

VI – aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas;

VII – prestação de serviços para execução de projetos específicos na área do meio ambiente;

VIII – aquisição de material permanente e de consumo necessário do desenvolvimento de seus projetos;

IX – contratação de consultoria especializada;

X – financiamento de programas e projetos de pesquisa e qualificação de recursos humanos.

Parágrafo único. Os planos, programas e projetos financiados com recursos do FNDRG serão periodicamente revistos, de acordo com os princípios e diretrizes da política ambiental das regiões nas quais estiverem ocorrendo a garimpagem.

Art. 6º O art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.

.....

§ 2º.....

.....

II – A. um por cento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991;

II – B. um por cento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento de Reservas Garimpeiras – FNDRG.

.....” (NR)

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado LEONARDO MONTEIRO
Relator